DOCTRINA

ANTECEDENTES INTERNACIONAIS DA REGULAMENTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE TECNOLOGIA *

GUIDO F. S. SOARES

RESUMO: I — Introdução. II — Antecedentes das Organizações Internacionais Atuais. III — Antecedentes da OMPI: as Uniões e os BIRPI. IV — A OMPI e as Uniões na Atualidade. V — Conclusões.

I — Introdução

Existem duas possibilidades antagônicas de se considerar a questão da regulamentação, a nível mundial, da propriedade intelectual, no seu aspecto de transferência de tecnologia. A primeira, metodologia que será seguida no presente trabalho, importa em considerar a propriedade intelectual, *dentro da ordem internacional vigente e tradicional*; assim sendo, em tal perspectiva, a transferência internacional de tecnologia deve ser encarada como um mecanismo ligado às noções de propriedade de bens móveis, cuja proteção se deve ao nível interno dos Estados e, para tornar mais efetiva tal proteção, também ao nível internacional. Na verdade, para fortalecer a proteção devida aos direitos da propriedade intelectual, todo esforço das legislações domésticas, dos tratados bilaterais e multilaterais, do estabelecimento de organismos internacionais, se concentra no afã de tornar universal algumas das notas mais características dos direitos reais: sua oponibilidade *erga omnes*, os direitos de paternidade e de exclusividade do inventor e sua proteção ao nível mundial.

Já na segunda possibilidade, a questão da regulamentação das transferências internacionais de tecnologia pode ser encarada como uma forma de neo-colonialismo, de perpetuação de situações de dependência de economias em vias de desenvolvimento, em relação aos países que elaboraram as normas anteriores, plenamente industrializados. Sob tal ótica, a proteção da propriedade intelectual nada mais seria do que a manutenção de uma ordem internacional injusta, conducente a situação de negação da própria convivência harmônica internacional, a que se propõe o Direito Internacional. Em tal perspectiva, as considerações sobre as transferências internacionais de tecnologia devem ser estudadas sob diferente visão, dentro do que se tem denominado de A Nova Ordem Econômica Internacional, sem dúvida, um enfoque revolucionário dos conceitos tradicionais da propriedade intelectual e dos mecanismos de sua proteção. Na verdade, a enorme afluência maciça dos novos Estados da África

* O presente estudo resultou da conferência pronunciada no 1.º Encontro da Propriedade Industrial, promovido pela Associação Paulista da Propriedade Industrial, em São Paulo, SP, de 26 a 27 de novembro de 1984.

e da Ásia, a partir dos anos 60, nos organismos internacionais, que aliados à tímida América Latina, acabariam por formar o chamado Grupo dos 77, forçaria novos rumos nas discussões mundiais sobre a propriedade intelectual.

Desde 1.º de maio de 1974, durante a 6.ª sessão extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, durante a qual se aprovaram a Declaração Relativa à Instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Res. 3.201/S-VI) e o Programa de Ação relativo à Instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Res. 3.202/S-VI), até a presente data, um dos pontos que têm servido de ataque na destruição da ordem vigente e para a implantação da Nova Ordem Econômica Internacional tem sido, precisamente a questão da transferência internacional de tecnologia, ao lado da busca de disciplinação das multinacionais. Veja-se a propósito, as tentativas de elaboração de códigos de conduta para tais assuntos, sob a égide do Conselho Econômico e Social da ONU, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, a reunião dos países industrializados do Ocidente) e, em especial, os resultados da 4.ª e da 5.ª sessões da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), respectivamente em Nairobi (1976) e em Manilha (1979).

Vale a pena mencionar as resoluções votadas nas referidas sessões da UNCTAD, para se ter uma idéia do papel preponderante que as questões relacionadas com a transferência internacional de tecnologia têm merecido nos foros internacionais. Na 4.ª sessão de Nairobi (30 de maio de 1976) votaram-se resoluções: sobre o reforço da capacidade tecnológica dos países em vias de desenvolvimento (Res. 87, IV) sobre a propriedade industrial (Res. 88-IV), sobre o código de conduta para a transferência de tecnologia (Res. 89-IV) sobre o Programa Integrado dos Produtos de Base (Res. 93-IV) e sobre o problema do endividamento dos países em desenvolvimento (Res. 94-IV). Na 5.ª sessão de Manilha (7 de maio/3 de junho de 1979) votaram-se 35 resoluções, em particular sobre: práticas comerciais restritivas (Res. 103-V), o código internacional de conduta para a transferência de tecnologia (Res. 113-V), o novo programa global de ação em favor dos países menos adiantados (Res. 122-V), o programa integrado para os produtos de base (Res. 124-V) a reforma monetária internacional (Res. 124-V); e as negociações comerciais multilaterais (Res. 132-V).

Ainda no que concerne à transferência internacional de tecnologia, é necessário dizer da criação sob a égide a ONU, em 22 de novembro de 1966, como órgão ligado à Assembléia Geral e com autonomia internacional, da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI, ou como é mais conhecida, pela sigla em inglês: UNIDO). De seu estatuto, Resolução AG.2.152 (XXI) destacam-se: a) programas de pesquisas e atividades operacionais a fim de criar e reforçar nos países em vias de desenvolvimento, serviços administrativos e instituições em matéria de tecnologia (par. 2 a iii); b) difundir informações relativas a descobertas tecnológicas feitas nos diferentes países e de ajudar os países em vias de desenvolvimento a colocar em prática medidas com vistas à utilização de tais informações, de adaptar a técnica atual e de elaborar novas técnicas que convenham particularmente às condições físicas, sociais e econômicas próprias dos países em vias de desenvolvimento, graças, sobretudo, à criação e aperfeiçoamento de centros de pesquisas técnicas nos mesmos (par. 2 a iv).

Ora, já transparece na sua lucidez, que tais movimentos se contrapõem àquele de proteção da propriedade intelectual, em particular nos aspectos das

transferências internacionais de tecnologia, conforme descrito de início. No presente estudo, serão considerados tão-somente os aspectos da proteção da propriedade intelectual, na perspectiva *dentro da ordem vigente*, e tão-somente na parte relativa à sua administração internacional (com breves menções aos textos legislativos internacionais de natureza substantiva). Sendo assim, ressalta a particular importância da OMPI (em inglês WIPO), Organização Mundial da Propriedade Intelectual, instituída em Estocolmo a 14 de julho de 1967, mas cuja história precedente merece estudo.

II — Antecedentes das organizações internacionais atuais

No final do Século XIX, dois movimentos internacionais se podem verificar na diplomacia européia e das jovens Nações independentes do Continente Americano: a) maior freqüência de contactos multilaterais entre os Estados (vide os Congressos de Paz da Haia, as múltiplas reuniões de cúpulas de chefes de Estado) e b) a criação das *Uniões*, organismos interestatais, que a moderna doutrina tem apelidado de Uniões Públicas Internacionais ou de Uniões Administrativas.

A criação das Uniões foi, na verdade, um expediente pragmático dos Estados, que já naquele momento, sentiam a necessidade de maior cooperação entre eles, num mundo que começava a tornar-se pequeno. O estabelecimento de Uniões entre Estados nada mais representava, pois, senão o reconhecimento de que problemas comuns, transfronteiriços, só se poderiam resolver com um sistema, inda que rudimentar, de cooperação internacional. Foi assim que em 1864 foi instituída a União Geodésica, para a medição da Terra; em 1865 a União Telegráfica Internacional e em 1873 a União Postal ("Universal", em Paris, 1878); * em anos posteriores imediatos, foram criadas a União dos Pesos e Medidas, e, com uma certa organicidade, pois já contavam com comissões internacionais, as Uniões para a Navegação do Reno, idem do Danúbio.

Digna de nota no Continente americano foi a criação em Washington a 2 de outubro de 1889, de uma associação de Estados, a União Internacional das Repúblicas Americanas, cujo Escritório Comercial das Repúblicas Americanas daria origem à atual Secretaria Geral da Organização dos Estados americanos (que antes de sua reforma em 1948, em Bogotá, denominava-se União Pan-Americana). Na sua origem, aquela União Internacional das Repúblicas Americanas tinha por objetivo tão-somente ao clima de cooperação internacional em assuntos comerciais, tais a compilação, coordenação e publicação de dados e informações concernentes à produção, comércio e regulamentos aduaneiros dos países do continente. Na sua posterior evolução, contudo, perde tal caráter de cooperação em matéria comercial, para ganhar uma vocação política, muitas vezes esquecida de sua vocação inicial.

É interessante examinar a terminologia que se empregava nos tratados de constituição das mencionadas Uniões, que ainda se conserva em alguns textos vigentes e relativos à propriedade intelectual. Os Estados signatários se consideravam *em estado de União* e as regras estabelecidas para a mesma, de maneira automática, se aplicavam no território dos Estados Unionistas. Sem dúvida a

* A União Telegráfica Internacional (hoje rebatizada para União das Telecomunicações Internacionais) e a União Postal Universal, hoje, são Agências Especializadas da ONU, tendo conservado sua denominação de União.

terminologia é hoje arcaica, pois faz lembrar muito mais os esquemas de Uniões Pessoais ou Uniões Reais de Estados do que os modernos contornos das teorias das confederações ou federações de Estados, quando aplicados na análise dos organismos internacionais.

Sem dúvida, foram as Uniões as responsáveis pelo aparecimento e extraordinária expansão das organizações internacionais típicas do Século XX. Na verdade, elas criaram um tipo novo de relações diplomáticas a nível mundial, a chamada diplomacia parlamentar (forma multilateral de natureza permanente, exercida em foros, em princípio neutros: as sedes das organizações internacionais), que, no século atual, é importante canal de soluções de controvérsias entre Estados. Por outro lado, também as Uniões, por seu caráter técnico, propiciaram à possibilidade de maior uniformização dos direitos nacionais, seja *via* conferências e tratados específicos (em especial sobre propriedade intelectual, veja-se além) seja *via* decisões e recomendações dos organismos internacionais.

A reiterada prática das convenções multilaterais, elaboradas pela diplomacia parlamentar no seio das Uniões, além de propiciar à formação de um direito uniforme generalizado no mundo, engendrou formas novíssimas de tratados internacionais multilaterais que, por serem aplicações de tratados anteriores, derivam sua obrigatoriedade, mesmo sem a ratificação dos Estados (veja-se o reflexo na Organização Internacional do Trabalho, cujas Convenções, em virtude do texto do Tratado de Versalhes de 1919 que criou a OIT, são automaticamente leis internas nos territórios dos Estados delas signatários).

O Direito Internacional Público passa a ter uma feição que lhe era desconhecida até então: de conjunto de normas dirigidas à mera resolução de conflitos, passa ele a ser igualmente conjunto de normas de cooperação entre soberanias. Sendo assim, no capítulo de prevenção dos conflitos, o Direito Internacional Público é enriquecido ao extremo.

Ainda interessa observar no cotejo histórico das Uniões no final do Século, com as modernas organizações internacionais, a inegável contribuição daquelas a estas. Por terem sido e, algumas, por continuarem a ser órgãos eminentemente técnicos, alargaram a participação de outros órgãos governamentais na formulação e execução da política externa dos Estados. Não só diplomatas e nem só os Ministérios das Relações Exteriores passam a ser os responsáveis pela política externa dos países. Também funcionários especializados, órgãos privados e mesmo pessoas físicas, por suas qualidades personalíssimas, passam a ser atores na cena mundial. Vejam-se, a exemplo, os Institutos Nacionais da Propriedade Industrial, ou os Correios e Telégrafos como agentes da formulação das regras de cooperação em matéria técnica, a nível internacional.

Na verdade, as Uniões eram adaptações e não inovações como têm sido os modernos organismos internacionais. Com efeito, não eram alargamento do aparato governamental e, por isso mesmo, não envolviam discussões sobre problemas de soberania. Como já se disse, era um sistema rudimentar de cooperação internacional em matérias técnicas. Talvez a causa da duplicidade de enfoque sobre transferência internacional de tecnologia conforme se acentuou no início do presente trabalho se deva à politização daquelas Uniões, sem dúvida impulsionada pelo advento de novos Estados, sem experiência histórica na discussão de assuntos técnicos.

Ao contrário das modernas organizações internacionais, as Uniões, por não estarem com precedência voltadas para as questões relacionadas com a paz, puderam melhor elaborar "standards" mínimos em assuntos técnicos; antes de

serem foros diplomáticos, eram verdadeiras câmaras de compensação de informações mútuas entre os Estados, de centros de discussão, de pontos de reunião científica e profissional e sobretudo, centros de formulação de políticas comuns.

No que se refere ainda à grande contribuição das Uniões para as modernas organizações internacionais, é necessário dizer que a estrutura atual da maioria das organizações internacionais, nada mais foi do que um aperfeiçoamento dos órgãos elaboradas por aquelas. A primeira grande contribuição foi a criação de um secretariado internacional, com seu pessoal permanente, que asseguraria a continuidade das reuniões mais gerais e importantes entre os Estados e, que serão os germes das Secretarias-Gerais dos organismos atuais. Por outro lado, o propiciamento de uma dicotomia entre as políticas dos Governos unionistas e aquelas dos órgãos permanentes da União, traria a consciência da necessidade de criação de órgãos permanentes com feição própria e a-nacional (os Conselhos das atuais organizações internacionais) e de órgãos de natureza política, que melhor espelhassem a feição de seus governos nacionais (as Assembléias Gerais das mesmas).

Apesar das grandes transformações introduzidas no Direito Internacional Público com o aparecimento do novo tipo de diplomacia parlamentar, nos primórdios dos organismos internacionais, é necessário, igualmente, acentuar problemas novos trazidos para o direito, em particular, no que se refere à questão da regulamentação a nível internacional dos direitos ligados à propriedade intelectual.

As normas elaboradas nos organismos internacionais modernos ou nas antigas Uniões, são normas especiais, *ratione materiae*; se elas se apresentam na forma de resoluções ou recomendações, a moderna doutrina as considera como atos unilaterais enquanto fontes normativas; se nascerem de tratados multilaterais, dado que versam sobre assuntos técnicos e já versados nas legislações internas dos Estados, são consideradas como "treaty making law", ou seja, atos normativos que implicam em mudanças substanciais na legislação material e na organização administrativa interna dos Estados. Tanto num caso como noutro, surge o tormentoso problema da hierarquia entre as normas de direito interno e as normas de direito internacional; por outro lado, com a agravante de que as normas internacionais sobre propriedade intelectual são normas de direito privado, além dos problemas típicos de hierarquia de fontes legislativas, há outro que se refere às mudanças em órgãos e procedimentos administrativos internos, o que nem sempre é possível compatibilizar com o espírito dos tratados internacionais. A possibilidade de interposição de reservas aos tratados sobre normas relativas à propriedade intelectual, torna o sistema legislativo mundial um verdadeiro caos, conforme se procurará demonstrar na seção seguinte.

III — Os antecedentes da OMPI: As Uniões e os BIRPI

Dois acontecimentos marcam o ano de 1878: um Congresso Internacional em Paris, onde se estabelece uma comissão permanente e um comitê executivo internacionais, para estudar e elaborar um projeto da criação de uma União Internacional de Estados, para a proteção da propriedade industrial; e a fundação pelo grande escritor Victor Hugo, na mesma cidade, da Associação Literária e Artística Internacional. Contudo, foram as preocupações com a proteção da propriedade industrial as que antecederam no tempo a regulamentação internacional.

Por solicitação do Governo de França, a comissão de Paris elabora um projeto de tratado, que, na conferência convocada por ele em 1880, é assinado em 20 de março de 1883. Nasce, pois, nessa data, a União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial, denominando-se aquele tratado: Convenção da União de Paris.

Numa conferência internacional em Berna, em 1883, criava-se uma União Internacional da Propriedade Artística e Literária, na base da citada Associação criada por Victor Hugo. No ano seguinte, por convocatória do Governo suíço, uma conferência internacional elabora um tratado internacional, que seria assinado em 1886, em 9 de setembro, em Berna, onde se criaria a União Internacional para a Proteção dos Trabalhos Artísticos e Literários, conhecida como a União de Berna, e o mencionado tratado, como Convenção da União de Berna.

Embora organizações distintas e desligadas na sua origem, as Uniões de Paris e de Berna tinham estruturas semelhantes, em que pese, igualmente, terem sedes em cidades diferentes: uma Comissão Permanente, ligada aos Governos de França e da Suíça, um Comitê Executivo em Paris e Berna e Conferências Gerais, diplomáticas, sem prazos de convocação determinados, rotatórias em Capitais dos Estados unionistas, com a finalidade de aperfeiçoar as Uniões.

Assim é que no âmbito da União de Paris (propriedade industrial), foram celebradas várias Conferências Gerais, e, em cada qual, se criava uma nova união de Estados, particulares, *ratione materiae*: a *Convenção de Madri* de 14 de abril de 1981 (repressão de indicações falsas de proveniência), de *Madri* do mesmo dia e ano (relativa ao registro internacional de marcas de fábrica e de comércio), da *Haia* de 6 de novembro de 1925 (depósito internacional de desenhos e modelos industriais), de *Nice* de 15 de junho de 1957 (classificação internacional de produtos aos quais se aplicam as marcas de fábrica e de comércio) de *Lisboa* de 31 de outubro de 1958 (proteção do nome de origem e registro internacional).

O fato é que já nos inícios da atuação das Uniões de Paris e de Berna, sentiu-se a necessidade de melhor coordenar os serviços administrativos das mesmas. Assim é que em 1893, criaram-se os BIRPI, "Bureaux Internationaux Réunis de la Propriété Intellectuelle", que passou a exercer as funções anteriores dos Comitês Executivos sediados em Paris e Berna. A sede dos BIRPI passou a ser em Berna.

A Convenção de Berna relativa à Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de sua parte, sofreria várias alterações: Paris (1896), Berlim (1908), Berna (1914), Roma (1928), Bruxelas (1948), Estocolmo (1967) e Paris (1971). Por outro lado, quanto ao mesmo assunto, e por iniciativa da UNESCO, já no âmbito das Nações Unidas, em 24 de julho de 1971, foi assinada em Paris a Convenção Universal sobre Direito de Autor, revista posteriormente em 24 de julho de 1971. No Brasil, estão vigentes: a *Convenção de Berna de 1886* (com a revisão de Paris de 1971) por força do Dec. 75.699 de 6.5.1975 e a *Convenção Universal sobre o Direito de Autor* (com a revisão de Paris de 1971), por força do Dec. 76.905 de 24.12.1975, ambas ratificadas sem reservas.

No que respeita à propriedade industrial, é necessário um exame mais acurado dos textos normativos internacionais, para saber-se da vigência no Brasil dos mesmos, conforme será visto, mais além, quando se considerar a estrutura da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Segundo Jöel Rideau *apud* "Les Institutions Internationales de la Protection de la Propriété Intellectuelle", in *Revue Générale de Droit International Public*, 1968, n. 3 (p. 730 e ss.), as transformações que o sistema das uniões sobre a propriedade intelectual sofreram após a instalação do sistema vigente das Nações Unidas, se deveram a duas razões essenciais: a primeira, de natureza técnica, uma vez que a "dispersão dos princípios e o caráter arcaico das estruturas não mais permitiam encarar as novas necessidades da proteção da propriedade intelectual" (p. 735); a outra, de natureza mais geral, de fazer as uniões mais próximas à estrutura dos organismos internacionais da atualidade, em particular, no que se refere às relações com a ONU.

Na verdade, na atualidade, há no sistema das Nações Unidas, dois grandes tipos de organizações internacionais de vocação universal: a) as organizações governamentais, criadas por tratados entre Estados, e que se vinculam com a ONU através de acordos específicos (Carta da ONU, arts. 57 e 63) *via* o Conselho Econômico e Social; são o que se denominam Entidades Especializadas da ONU, ou Agências Especializadas ou ainda, Organizações Especializadas da ONU, tais a UNESCO, a OIT, o Banco Mundial, o GATT, a FAO etc.; e b) as organizações denominadas Não Governamentais (INGOs, na sigla em inglês, ou "Organisations Non-Gouvernementales", ONGs), criadas por acordos entre pessoas de direito privado, com ou sem a participação dos Estados, e cuja existência a ONU aceita e cuja atuação por vezes é diretamente solicitada pela ONU, igualmente *via* seu Conselho Econômico e Social (Resolução 228-B (X) do ECOSOC relativa às disposições sobre consultas àquelas organizações; são de tais tipos a Cruz Vermelha Internacional, a Sociedade de Radiologia de Paris, a "International Law Association" e um sem-número de outras.

Foi tendo em vista uma necessidade de coordenar as atividades das demais organizações, que o Conselho Econômico e Social da ONU, em 29 de agosto de 1948 passou uma Resolução 171 (VII) nos seguintes termos:

Estimando que a criação da ONU e das instituições especializadas, cujas funções se exercem nos domínios econômico e social, da cultura intelectual e da educação, da saúde pública e outros domínios conexos, torna desejável um novo exame da parte dos Governos dos Estados membros de um eventual duplo emprego ou de uma eventual dispersão de esforços destas Organizações e de outras Organizações intergovernamentais existentes;

Recomenda aos Estados membros e às Instituições especializadas de dar a conhecer até 1.º de fevereiro de 1949, no mais tardar, sua opinião, no que diz respeito: 1) à liquidação eventual de tais Organizações ou sua absorção ou fusão eventual com a ONU ou as instituições especializadas de outra parte; 2) às relações que poderiam ser estabelecidas entre quaisquer uma das Organizações figurantes em tal lista, de um lado e a ONU e suas instituições especializadas de outro. (*apud* Jöel Rideau, *op. cit.*, p. 735).

Ora, embora ainda ancoradas no ideal passadista das uniões interestatais, sem terem mesmo aproveitado a estrutura organizacional das modernas organizações internacionais, conforme expressa, por exemplo na Organização Internacional do Trabalho, OIT, criada ao fim da Primeira Guerra Mundial, parte XIV do Tratado de Versalhes de 1919 (uma Assembléia Geral, um Conselho e um Secretariado Internacional, chefiado por uma pessoa eleita pelos Estados-membros integrantes da organização) — e que serviria de modelo a todas as

organizações criadas pelos Estados após 1945, as Uniões de Paris e de Berna têm uma particularidade: sua atividade e preocupações são de natureza eminentemente técnica, de uniformização de legislações internas dos Estados, em matéria que indiretamente afeta a paz: proteção de direitos privados da propriedade intelectual, dos cidadãos submetidos ao império dos Estados unionistas.

É bem verdade que há uma nova tomada de posição no que respeita aos assuntos, em especial, de transferência internacional de tecnologia, conforme já se sublinhou no início deste trabalho, e que podem, de certa maneira, ameaçar o equilíbrio do mundo, ao se perpetuar o estado vigente dos países em vias de desenvolvimento. Contudo, não foram tais razões que causaram a reforma do sistema das Uniões de Paris e de Berna, como hoje se encontram.

Se oposição houve à adoção imediata de estruturas mais simples e adaptadas ao sistema da ONU no que respeita às mencionadas Uniões, foi mais devido à conservação dos esquemas tradicionais, que têm funcionado satisfatoriamente, bem como ao fato de que os Estados não estão todos presentes nas Uniões; veja-se o exemplo da URSS, R. P. da China e EUA, que não são membros da União de Berna nem da União de Paris. Em particular, os EUA, país que detêm a maior parte das patentes mundiais, não é membro da União de Paris, mas foi sob seu impulso que se assinou o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), em Washington, em 19 de junho de 1970 (no Brasil, promulgado pelo Dec. 81.742 de 31.5.1978); na verdade, era necessário um sistema normativo equilibrado e flexível que pudesse respeitar a autonomia das Uniões, e ao mesmo tempo instituisse uma organização moderna.

Também é de se ter em mira, que há várias organizações internacionais no sistema da ONU que, de certa forma, fazem imbricar assuntos correlatos ou mesmo idênticos, mas que são enfocados de maneira diversa, neles e nas Uniões. O caso mais evidente é o da UNESCO, que nos aspectos da ciência e cultura, faz "penchant" com a União de Berna; lembre-se que a Convenção Universal sobre Direito do Autor foi assinada em Paris, sob a égide da UNESCO e não da mencionada União.

Ressalta mencionar as palavras do então Diretor dos BIRPI, J. Secrétan a respeito do temor de ver as atribuições das Uniões de Paris e Berna serem deslocadas para outras organizações internacionais: "O primeiro perigo é que uma certa dispersão da propriedade intelectual acabe por causar a desagregação dos próprios princípios sobre os quais estão fundadas tanto a Convenção de Berna quanto a de Paris. Um outro perigo existe: é que, dado o desejo geral e perfeitamente compreensível de ver colocado um pouco de ordem no campo da propriedade intelectual, tal colocação de ordem se faça em outros lugares, no seio de instituições internacionais que representem outras preocupações e protejam outros interesses" (*citus* apud Jöel Rideau, *op. cit.*, p. 735/736).

A evolução gradual das Uniões acabou na grande reforma de suas estruturas e na criação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, OMPI (sigla em inglês, WIPO), que teve lugar em Estocolmo, com a assinatura da Convenção de 14 de julho de 1967, "que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual", promulgada no Brasil pelo Dec. 75.541 de 31.3.75 (sem reservas). Na mesma data, também em Estocolmo, revisava-se a Convenção de Paris de 1883, no que se refere às regras de direito material sobre a proteção da propriedade industrial.

É importante observar que tanto a Convenção de Estocolmo de criação da OMPI, quanto a Convenção de Estocolmo sobre a revisão de Convenção de Paris de 1883, resultaram de um compromisso entre duas tendências: a) modernização das estruturas administrativas das Uniões e mudanças das regras de direito substantivo; b) modernização tão-somente das estruturas administrativas, continuando os Estados a se reger pelas regras das revisões da Convenção de Paris, conforme tenham eles adotado, em tal ou qual momento. Assim sendo, o Brasil ao promulgar e depositar o instrumento de ratificação da *Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, Revista em Estocolmo a 14 de julho de 1967*, conforme lhe facultava o art. 20 da mesma, apresentou reserva ao texto legal, e sendo assim, por força da reserva e do Dec. 75.572 de 8 de abril de 1975, *não se aplicam ao Brasil os arts. 1.º a 12 da Convenção (que versam sobre direito material), "continuando em vigor no Brasil a revisão de Haia de 1925"* (Dec. 75.572).

Na verdade, a reforma de Estocolmo, com a criação da OMPI e sem a extinção das Uniões, representou uma solução intermediária entre perpetuar o *status quo* ou substituir as estruturas existentes por novas. A OMPI é uma nova organização superposta que coexiste com as Uniões.

IV — A OMPI e as Uniões na atualidade

O fato de que as Convenções de Estocolmo de julho de 1967 não suprimiram as Uniões e, ao invés, criaram a OMPI, fez surgir o curioso fenômeno que Jöel Rideau denomina de *federalismo entre organizações internacionais* (*op. cit.*, p. 749): na verdade, as Uniões conservam sua personalidade de direito internacional, ao lado da OMPI, que passa a ser um organismo especializado da ONU.

A reforma de Estocolmo, portanto, vai afetar a estrutura administrativa das Uniões (de Paris, Acordos de Madri, da Haia, de Nice, de Lisboa, União de Berna): 1.º com a criação de uma Assembléia em cada União, órgão supremo de representantes dos Estados membros, em substituição ao papel de guardião que antes estava reservado ao Governo suíço, bem como substituto dos países hospedeiros das conferências de revisão na função da preparação das conferências diplomáticas de revisão; as Uniões de Paris e de Berna contam elas só com um Comitê Executivo, órgão restrito da Assembléia, formado de 1/4 dos membros da Assembléia; 2.º os BIRPI são substituídos pela Secretaria Internacional, dirigida por um Diretor Geral, e presta seus serviços a quaisquer Uniões; 3.º diversas disposições são dirigidas a que haja grande coordenação entre as sessões das Assembléias das Uniões e a Assembléia da OMPI, assim como das sessões do Comitê Executivo e do Comitê de Coordenação da OMPI.

No Brasil, a Convenção de Estocolmo de 14 de julho de 1967, "que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual", foi aprovada pelo Decreto Legislativo 78 de 1974, teve seu instrumento de adesão depositado em Genebra a 20 de dezembro de 1974, entrou em vigor para o País em 20 de março de 1975, foi promulgada pelo Dec. 75.541 de 31 de março de 1975 e publicada no "Diário Oficial" da União de 2 de abril de 1975. O texto oficial é nas línguas inglesa, espanhola, francesa e russa, sendo igualmente línguas oficiais o alemão, italiano e o português (art. 20, § 2.º, diga-se um dos raros tratados internacionais que consagra o português como língua oficial).

São finalidades da OMPI (art. 3.º):

i) promover a proteção da propriedade intelectual em todo o mundo, pela cooperação dos Estados, em colaboração, *se for caso disso*, com qualquer outra organização internacional; *

ii) assegurar a cooperação administrativa entre Uniões.

O texto da Convenção define, *ratione materiae*, os assuntos que caem sob a definição de propriedade intelectual, *verbis*, in art. 2.º, viii “direitos relativos: — às obras literárias artísticas e científicas; — às interpretações dos artistas intérpretes e à execução dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão; — às invenções em todos os domínios de atividade humana; — às descobertas científicas; — aos desenhos e modelos industriais; — às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais; — à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico”.

O caráter federativo da OMPI em relação às outras Uniões, no dizer de J. Rideau, se ressalta da exegese ao art. 2.º, vii e art. 4.º ii e iii. A Convenção especifica haver três famílias de Uniões: a) a União de Paris, as Uniões particulares e os Acordos particulares estabelecidos em relação com esta União (propriedade industrial); b) a União de Berna (direitos autorais) e c) qualquer outro acordo internacional destinado a promover a proteção da propriedade intelectual, cuja administração seja assegurada pela OMPI, nos termos do art. 4.º, iii. Com efeito, pelo fato de a OMPI ter substituído os BIRPI, na figura de sua Secretaria Internacional, dirigida pelo Diretor-Geral, já transfere ao novo organismo internacional as tarefas administrativas das Uniões anteriores. Já no caso de futuros arranjos no setor da propriedade intelectual, é mister ter em vista o mencionado art. 4.º, III, pelo qual a OMPI “poderá aceitar encarregar-se das tarefas administrativas que forem exigidas pela efetivação de qualquer outro acordo internacional destinado a promover a proteção da propriedade intelectual, ou participar nessa administração”.

Tais disposições, dentro do espírito federativo da OMPI, se revestem da maior importância prática. Países importantes no comércio internacional de tecnologia, de outras formas de proteção da propriedade industrial, assim como naqueles aspectos relevantes da proteção dos direitos autorais, que tinham ficado à parte na elaboração dos instrumentos internacionais desde o início das instituições da União de Paris e da de Berna, poderão ter sua admissão total ou parcial naqueles arranjos internacionais, sem ter de recorrer à criação de novos organismos; por outro lado, a existência da estrutura da OMPI poderá fornecer um serviço administrativo bastante perfeito para quaisquer outras entidades que vierem a ser instituídas.

Foi o caso da instituição da União Internacional de Cooperação em Matéria de Patentes, criada pelo Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), assinado em Washington em 19 de junho de 1970, plenamente vigente para o Brasil (ratificação depositada a 9 de janeiro de 1978 e em vigor a partir de 9 de abril de 1978) e no Brasil (Decreto de promulgação 81.742 de 31.5.1978). O PCT, ao estabelecer a União Internacional, cria-lhe uma Assembléia (art. 53

* Apesar dos esforços em prestigiar o português, não deixa de ser lamentável a utilização deselegante da expressão “se for caso disso”, quando teria bastado a usual e técnica “se for o caso”.

e §§) um Comitê Executivo (art. 54) um Comitê de Cooperação Técnica (art. 56) e deixa ao Escritório Internacional da OMPI e ao seu Diretor Geral as tarefas típicas de órgãos de execução e administração da União, recentemente instalada. Ressalte-se a importância da OMPI com o advento da PCT, uma vez que o Escritório Internacional, ao lado das atribuições diplomáticas e técnicas anteriores, ganha a de ser um órgão internacional de registro de patentes, de veiculações de informações e de auxiliar nos procedimentos de exames internacionais de pedidos de patentes.

V — Conclusões

Se de um lado a OMPI foge à tipicidade das organizações internacionais interestatais da atualidade, todas compostas de uma Assembléia Geral, um Conselho e um Secretariado (salvo as organizações de integração econômica da Europa Ocidental, a CECA, a CEE e a EURATOM, do tipo Montesquieu, com um Executivo, um Legislativo e um Judiciário), guarda ela um admirável espírito federativo, pois respeita as Uniões criadas anteriormente, bem como a posterior, a União Internacional de Cooperação em Matéria de Patentes, seja na sua estrutura administrativa, na sua personalidade de direito internacional, nos seus objetivos específicos.

É de ter-se em mente que as Uniões versam sobre direitos privados dos Estados unionistas e, nessas circunstâncias, as normas que editam diferem muito dos atos internacionais subscritos pelos Estados; como são normas que implicam na mutação imediata de leis internas (diferentemente dos tratados de comércio, amizade etc.) sua adoção pelos Estados é mais problemática; na verdade os chamados "treaty making law" trazem com eles as dificuldades inerentes à existência de direitos privados de natureza diversa, nos grupos de direitos da atualidade. Legislar sobre direitos da propriedade intelectual para sistemas tão díspares como o grupo romano-germânico, o "case system" anglo-americano, ou os sistemas socialistas ou religiosos (com sua miríade de subsistemas) sem contar com a extrema variedade de níveis de desenvolvimento econômico existentes no interior de cada grupo de direito, é tarefa de enorme complexidade, que parcialmente se resolve com um espírito federativo, onde a experiência histórica tem seu principal assento.

Tais motivos propiciaram ao respeito das Uniões anteriores à criação da OMPI, bem como à coordenação de novas Uniões dentro da experiência auferida desde o final do século passado.